

“Confronto levará a retaliações”

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Se o governo pretender extrair dividendos políticos da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa — diante de um agravamento da situação interna do País — e partir para um confronto com os credores, o risco de retaliação comercial será substancialmente maior. Esse alerta é do economista e professor da PUC-Rio, Eduardo Modiano, um dos autores do Plano Cruzado. Em entrevista exclusiva ao *Estado e Jornal da Tarde*, ele disse que o fato de o governo estar, no momento, procurando o caminho de negociação com os credores afasta as possibilidades de retaliações de grandes proporções pelo menos nos próximos 90 dias.

Para Eduardo Modiano, da mesma maneira em que “o Brasil não pediu a moratória, apenas suspendeu o pagamento dos juros da dívida, os credores também não vão retaliar, mas apenas não facilitarão o in-

tercâmbio comercial”. Já uma posição de confronto aberto assumida pelo governo brasileiro poderia dar origem a sérias reações por parte dos



Modiano: risco maior

Estados Unidos, que iriam resultar, para o Brasil, num sacrifício de até 5% do crescimento do PIB, conforme exercícios de simulação feitos pelo

economista para estimar o impacto dessa retaliação.

“O custo interno para suportar eventuais retaliações seria muito alto para o Brasil, pois as importações teriam que ser comprimidas em proporções semelhantes àquelas de 1983”, observou.

“Só que, naquele momento em que fomos obrigados a fazer o ajuste externo, nós importávamos cerca de US\$ 19 a US\$ 20 bilhões e havia certa folga para ser comprimida, enquanto hoje importamos apenas US\$ 13 bilhões, em que pese a queda do preço do petróleo. Isso significaria uma recessão com todos os custos que nós bem conhecemos. Ou mal conhecemos”, afirmou Modiano.

Na realidade, de acordo com o economista, a suspensão do pagamento dos juros não representou, de fato, uma opção de política econômica por parte do governo brasileiro, mas “uma falta de opção”, na medida em que as reservas brasileiras já estavam bastante deprimidas e não era mais possível, para o País, obter

saldos comerciais de US\$ 1 bilhão por mês. A posição do Brasil é hoje muito mais fraca do lado externo do que era nos primeiros meses do ano passado, mas, segundo Modiano, “a atitude do governo é de certa força ao partir para a negociação, evitando o confronto”. Como em 90 dias os bancos credores terão que ter uma solução para o problema, de modo a não contabilizarem o não-pagamento dos Juros como perda, ele acredita que um acordo deverá ser feito nesse prazo, “nem que seja um empréstimo-ponte para ganhar mais 90 dias”.

“O que o País deve buscar é dinheiro novo — vamos precisar de US\$ 4 a US\$ 6 bilhões — e redução dos spreads em níveis compatíveis como o México”, afirmou ele, salientando que o México tem até uma proteção contra queda dos preços do petróleo e o Brasil poderá negociar outros tipos de proteção.

Em contrapartida, disse Eduardo Modiano, os bancos credores vão querer que o Brasil se aproxime do FMI, deixando de se comportar de forma tão independente.